



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRABALHO INFANTIL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2071/13	DATA: 27/11/2013	
LOCAL: Plenário 08 das Comissões	INÍCIO: 15h16min	TÉRMINO: 16h40min	PÁGINAS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GARY STAHL - Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF — no Brasil. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil — FNPETI.

SUMÁRIO
Debate sobre combate ao trabalho infantil do Brasil e desafios para sua erradicação.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luciana Santos) - Gente, muito boa tarde a cada uma e a cada um de vocês. Quero, em primeiro lugar, pedir desculpas pelo atraso. É porque nós estamos, nesta semana, nessa luta das emendas orçamentárias. Essas são construções políticas complicadas. Neste exato momento, a Comissão de Cultura — eu também sou Presidenta da Frente Parlamentar de Cultura do Congresso, Câmara e Senado — está debatendo as emendas ao Orçamento, mas a gente se divide. Eu trouxe o Deputado Nilmário da Comissão de Cultura, para que a gente possa aqui dar abertura aos trabalhos da nossa Comissão e também porque sei que há convidados que têm seus horários no limite.

Então, declaro logo aberta a 7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a exploração do trabalho infantil e dá outras providências.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 6ª reunião. Pergunto aos senhores Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Peço dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luciana Santos) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Nilmário Miranda.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que aprovam a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema *Combate ao Trabalho Infantil no Brasil e Desafios para sua Erradicação*, com a exposição do Sr. Gary Stahl, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF, que já convido para compor a Mesa; e Sra. Isa Maria de Oliveira, Secretária-Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Informo que foi convidada para participar desta audiência, mas, por motivo de agenda, declinou do convite, a Sra. Maria Isabel da Silva, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Informo também que a mesma colocou-se à disposição da CPI para participar da reunião em data futura, que será convidada para a audiência a ser realizada no dia próximo de 11 de dezembro.



Com a palavra o Sr. Gary Stahl.

O SR. GARY STAHL - Exma. Sra. Luciana Santos, Deputada Federal e Relatora desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Trabalho Infantil, Exmas. Sras. e Srs. Deputados presentes, senhoras e senhores, quero primeiramente agradecer pelo convite para participar desta audiência pública e pela oportunidade de reafirmar o compromisso do UNICEF com os direitos de crianças e adolescente.

Acredito que os dados sobre trabalho infantil são bastante conhecidos por esta Comissão. Por isso só vou fazer uma breve referência inicial aos dados apresentados pelo mesmo IBGE. Em 2011 existiam cerca de 3,7 milhões de crianças e adolescentes trabalhando. Isso significa que, em 10 anos, cerca de 1,8 milhões de meninos e meninas deixaram de ser explorados no trabalho.

O UNICEF, que tem o mandato global de monitorar o que está... O mandato estabelecido na convenção sobre direitos da criança, de monitorar a situação, reconhece os avanços que foram feitos nesse período aqui no Brasil, mas consideramos que, se o Brasil mantiver esse ritmo, o trabalho infantil só será eliminado do País em 20 anos. Estamos falando aqui de milhares de meninos e meninas que não terão o direito de se desenvolver plenamente. Isso é simplesmente inaceitável, senhoras e senhores.

E o que fazer para mudar esse quadro? Antes de tudo, precisamos deixar de achar que o trabalho infantil é algo normal ou algo aceitável. A convenção sobre direitos da criança, da qual o Brasil é signatário e tem ratificado, é muito clara ao definir que a criança tem direito a ser protegida e cuidada para que possa se desenvolver integralmente. Criança trabalhando não é aceitável em nenhuma circunstância. Trabalhar não ajuda no desenvolvimento de nenhuma criança. Pelo contrário, atrapalha a vivência plena de etapas do desenvolvimento.

Ao contrário da sabedoria convencional, o trabalho precoce também não prepara o adolescente e, muito menos, a criança para um futuro profissional mais promissor. O futuro profissional promissor é resultado de uma educação de qualidade, em que a criança começa a estudar na idade certa, conclui os ciclos de educação básica também na idade certa e aprende os conteúdos correspondentes a cada ano da sua vida escolar. Com esses direitos garantidos, o adolescente, ao final do ensino médio, estará mais apto para escolher trajetórias no mundo de trabalho ou



na formação acadêmica que poderão impactar a sua profissão e, conseqüentemente, na sua renda.

Precisamos ter como bandeira que lugar de criança é na escola, e não trabalhando. Criança não deve estar ajudando o pai no seu emprego. Criança não deve estar trabalhando numa carvoaria ou cuidando dos seus irmãos mais novos enquanto os pais trabalham. Lugar de criança é na escola, aprendendo. Fora da escola, não pode. Infelizmente, essa não é a realidade de milhares de meninos e meninas brasileiros.

Uma pesquisa feita pelo UNICEF no Brasil e pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação mostrou que 3,8 milhões de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos de idade estão fora da escola — 3,8 milhões de brasileiros que vão ser o futuro do Brasil estão fora da escola hoje. Outros 8,8 milhões estão em risco de abandonar a sala de aula, devido ao atraso escolar. Dois principais fatores contribuem para essa situação: a exploração do trabalho infantil e o trabalho precoce, no caso dos adolescentes.

Quando olhamos para os 3,7 milhões de crianças e adolescentes que ainda trabalham, observamos que a maioria deles, ou seja, quase 60% deles, além de trabalhar fora de casa, também está encarregada de tarefas nas suas próprias casas. Será preciso estabelecer um grande esforço educativo para separar as tarefas que todas as crianças e adolescentes podem cumprir na rotina doméstica, como forma de contribuir para o seu grupo familiar, daquele trabalho que constitui realmente uma forma de exploração. Mudar essa situação é responsabilidade de todos — dos governos, dos Estados, da sociedade civil e dos cidadãos.

Por isso, em nome do UNICEF, aproveito esta oportunidade para fazer um apelo às senhoras e aos senhores. Peço a vocês que rejeitem qualquer proposta de redução da idade mínima de trabalho. Peço a vocês que rejeitem qualquer proposta que torne natural algo que é uma violação grave dos direitos de crianças e adolescentes.

Está nas mãos de vocês evitar que meninos e meninas sejam explorados e tenham a sua infância e a sua adolescência roubadas.

Muito obrigado.

Boa tarde, senhores! (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada, Sr. Gary, a quem queremos agradecer a participação.

Queremos saber se algum companheiro gostaria de fazer alguma pergunta.
(Pausa.)

Vou passar a palavra à Relatora, Deputada Luciana Santos, que certamente tem algumas indagações a fazer.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Na verdade, eu só vou fazer mesmo considerações. Nós temos a convicção da importância que o UNICEF tem neste esforço pelo cuidado, pela assistência e pela atenção para com as crianças não só do Brasil, como do mundo todo. Como entidade, uma ONG, vem dialogando com o serviço público e até privado, na perspectiva de a gente garantir um processo de inclusão consistente das crianças. Porque inclusão significa cuidar, educar e dar perspectivas às crianças do nosso País.

Só quero corroborar as suas palavras. Sei que V.Sa. vai ter sair daqui a pouco, por compromissos anteriormente agendados, visto que a reunião estava prevista para as 14h30min, e ele chegou no horário previsto, e nós compreendemos isso. Eu expliquei aqui antes, Sra. Presidenta Sandra Rosado, que esta semana é a das emendas do orçamento e, portanto, é muito corrida, porque há reuniões de bancada, reuniões de Comissões que estão tratando das emendas do orçamento que nós só temos até amanhã para apresentar — e começou ontem o prazo. Então, fica muito intenso.

Mas nós queremos agradecer o gesto de vir um representante da UNICEF do Brasil à nossa CPI. É uma presença que vai abrilhantar muito o relatório da CPI, porque o Sr. Gary Stahl tem um simbolismo e um peso político muito importante para que essa CPI vingue com os seus objetivos, que é garantir a erradicação do trabalho infantil no nosso País. De fato, os dados no Brasil eles vêm num crescente de dados positivos no sentido da erradicação, mas nós não podemos baixar a guarda nem nos conformar apenas com a diminuição do trabalho infantil. Mas nós vamos precisar erradicar. Para isso são necessárias iniciativas como as que a Câmara dos Deputados está fazendo, em diálogo, em parceria com todas as forças vivas que desenvolvem o combate. Não é o combate só, que desenvolvem o esforço para erradicar o trabalho infantil no País.



Nós vamos, certamente, não só nesta audiência pública, mas em outros momentos, ter muito a contribuição, a parceria da UNICEF como um dos vetores importantes nessa construção e nesse objetivo de erradicar o trabalho infantil no nosso País.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luciana Santos) - Obrigada, Relatora Luciana Santos. Nós queremos nos desculpar com o Dr. Gary Stahl pelo pouquinho do nosso atraso, exatamente por conta da reunião da bancada do meu Estado, para definir as emendas parlamentares. Agradeço a V.Exa. a participação, no entendimento de que a UNICEF tem um importante trabalho a desempenhar ou continuar a desempenhar ou ampliar no nosso País. Então, nós queremos agradecer a presença a V.Exa. e, se porventura o Dr. Mário Volpi, que é coordenador do Programa de Cidadania dos Adolescentes da UNICEF, puder permanecer, pode ser que surja alguma pergunta de um dos nossos companheiros.

O SR. GARY STAHL - Agradeço a S.Exa., a Presidenta, a Relatora, muito obrigado. V.Exas. podem contar sempre com o apoio da UNICEF nesse assunto nesta Comissão, se V.Exas. precisarem. E o Mário vai ficar aqui com V.Exas. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Luciana Santos) - O Dr. Mário vai ficar aqui conosco. Muito obrigada pela permanência do senhor aqui na nossa reunião. E agora eu vou passa a palavra para a Dra. Isa Maria de Oliveira, que representa a Secretaria-Executiva do Fundo Nacional da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Com a palavra a Dra. Isa.

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Boa tarde, Deputada Sandra Rosado, Deputada Luciana, Deputado Nilmário e demais Parlamentares presentes, eu quero, em nome do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, agradecer o convite e a oportunidade. Reitero, mais uma vez, que o Fórum Nacional estará sempre à disposição da Comissão para somar e contribuir, para que esta Comissão apresente a este Parlamento e ao País um relatório que contribua, para que a gente possa alcançar o objetivo maior que é, de fato, eliminar todas as formas de trabalho infantil no Brasil.



(Segue-se exibição de imagens.)

O tema que me propuseram é discutir esse cenário do trabalho infantil e também os desafios do trabalho infantil. O representante do UNICEF, Gary Stahl, que me antecedeu, já apresentou alguns números. Eu só quero trazer para os Srs. Parlamentares e os demais presentes o seguinte: o cenário do trabalho infantil no Brasil ele requer e merece urgentemente uma avaliação responsável e crítica.

O discurso oficial ao longo dos últimos tempos tem repetido, reiterado que o Brasil reduziu o trabalho infantil. Não há nenhuma dúvida de que essa redução registrada pelas pesquisas oficiais, aconteceu.

Agora, como se trata de uma violação de direitos de crianças e adolescentes, e não são de centenas, mas de milhares de crianças e adolescentes, essa avaliação responsável e crítica que propõe o Fórum requer o seguinte: quando nós avaliamos esse cenário do trabalho infantil e afirmamos que houve uma redução do trabalho infantil, quando eu avalio os dados do Censo de 2010, comparando-os ao Censo de 2000, essa redução foi de apenas meio milhão de crianças. Em 10 anos, em uma década, eu deixei outros 3,5 milhões em situação de violação, com sérios riscos: a perda de vida, de saúde, de educação, de lazer, do direito à infância, da profissionalização como adolescente.

Quando vamos para os dados da PNAD, e nós comparamos os dados da última PNAD, que é de 2012, com os dados da PNAD anterior, de 2011, essa redução, em 1 ano, foi de 156 mil crianças e adolescentes.

Então é aquele prognóstico já aqui anunciado pelo UNICEF. Nesse ritmo, aquelas duas metas de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016 e todas as formas de trabalho infantil até 2020 estão muito distantes. Nós não vamos alcançá-las. E não se trata de alcançar metas porque temos um compromisso internacional, porque o Brasil tem uma imagem internacional, é cumprir essas metas para proteger nossas crianças e adolescentes dessa grave violação de direitos. Para isso é que a gente convoca e requer que, nessas audiências, essa avaliação crítica e responsável seja feita. Nós não podemos comemorar, celebrar, estar conformados ou satisfeitos com essa redução tão lenta.

O primeiro desafio é este. E, para que de fato a gente acelere esse ritmo, nós temos que partir de uma avaliação crítica, responsável e ética. Nós estamos



tratando de violação de direitos. Nós não estamos falando meramente de estatísticas. Este é o primeiro fato.

E quais são os desafios? Muitos desses desafios que a gente traz aqui são óbvios. O primeiro deles, passando para a tela seguinte, por favor, seria o cumprimento da lei, cumprir a lei. Se nós cumpríssemos rigorosamente a lei, nós não teríamos o problema do trabalho infantil.

E aqui quero chamar a atenção, porque alguns parceiros, inclusive o IBGE, têm afirmado que o trabalho é permitido a partir dos 14 anos. Não é isto que está posto na Constituição. O que está definido no inciso XXXIII do art. 7º é o seguinte: *“Para pessoas com idade inferior a 16 anos, todas as formas de trabalho infantil são proibidas”*. Há uma exceção, que é a aprendizagem, que um instituto legal, um contrato especial de trabalho para adolescentes a partir dos 14 anos. E, a partir dos 16 anos, o trabalho é permitido, mas ainda protegido. Ou seja, tem que ser um trabalho com carteira assinada, com todas as garantias trabalhistas e previdenciárias e não pode ser um trabalho noturno, perigoso, degradante.

Então, é importante que a gente tenha presente que isto está posto na lei. Isto não está mais em discussão. Isso exige cumprimento.

Nós temos ainda algumas dificuldades em relação à legislação, e temos uma rica legislação. O Brasil é signatário de todas as convenções internacionais que tratam do tema, que são as convenções da Organização Internacional do Trabalho. O Estatuto da Criança e do Adolescente corrobora o que dispõe a Constituição Federal. E nós temos uma lista das chamadas piores formas no Brasil, que é uma referência, que é uma lista avançada, é uma lista que apresenta as atividades. Ela também apresenta as repercussões que aquela atividade considerada como perigosa, prejudicial, degradante traz, os riscos ocupacionais e o risco para a saúde de crianças e adolescentes submetidos a essa situação. Este é o primeiro desafio: é fazer cumprir a legislação.

O segundo está relacionado a este: é impedir um retrocesso social. E sobre esse retrocesso social esta Casa tem um papel importante. Significa o quê? Na CCJ da Câmara, não considerar admissível três propostas de emenda à Constituição que propõem a redução da idade mínima para o trabalho, com as mais diversas justificativas. São as PECs 18, de 2011, a 35, de 2011, e a 74, de 2013.



De 2009, nós já temos um bom antecedente: nós conseguimos, com o voto em separado do Marcelo Itagiba e do Eduardo Cardozo, atual Ministro da Justiça, Parlamentares àquela época, rejeitar cinco propostas de emenda à Constituição que estavam nesta Casa. Mas novas foram apresentadas, então este aqui é um desafio que temos de enfrentar.

Nós temos que proceder a uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente. O art. 248 permite que um adolescente seja trazido de um Município para outro e que quem detém a guarda possa... Ele seja trazido guarda para fazer serviços domésticos. Então, este artigo incentiva e permite o trabalho doméstico, e o trabalho infantil doméstico é uma das piores formas de trabalho infantil. Ele só pode ser executado por pessoas com idade acima de 18 anos.

Outra questão que o representante do UNICEF trouxe foi a desnaturalização do trabalho infantil. A gente tem que entender que nós não podemos admitir... E a gente tem que ter argumentos e estratégias, porque, em geral, é o seguinte: *“Não, a criança e o adolescente não trabalham, eles ajudam”*. Então, trabalho infantil, trabalho do adolescente são proibidos. Não é uma simples ajuda. Ele não protege contra a marginalidade. Ele não é uma solução para a pobreza.

Nós temos dados estatísticos que comprovam que o trabalho infantil reproduz a pobreza e a exclusão social, e ele também não forma caráter. O que forma o caráter da criança e do adolescente é a frequência a uma escola e a uma educação de qualidade, cumprindo suas tarefas escolares, sendo orientado para uma convivência solidária, uma convivência respeitosa, que respeite a diversidade. É isto que forma caráter. E o que é mais grave é que todos esses mitos que são reproduzidos levam as famílias e as próprias crianças e adolescentes a acreditarem que o bom para eles é trabalhar o quanto mais cedo possível. Isto, eu acho, é o mais perverso desses valores culturais, porque as famílias e muitas crianças e adolescentes estão convencidos de que eles têm que trabalhar. Esta é a opção para eles. Estão entendendo? Esta é outra questão que a gente coloca como desafio.

Temos outro desafio que é o seguinte: a maior incidência do trabalho infantil ocorre na informalidade e também tem um percentual significativo no seio da própria família.



Nós precisamos então ter estratégias eficazes para que a fiscalização do trabalho, que tem mandato para fazer a inspeção, alcance todas as formas. Nós já vivemos no Brasil, antes de 2004, momentos em que o Ministério do Trabalho e Emprego assumia e exercia com muita competência e eficiência a fiscalização de todas as formas de trabalho infantil, articulando no território a proteção.

Aqui é importante dizer o seguinte: fiscalização de trabalho infantil é uma fiscalização especial. Ela tem que articular no território onde a violência está acontecendo, que a proteção substitua essa violência, porque a criança não pode ser retirada daquele território. Nós temos que fortalecer a convivência familiar, a convivência comunitária. Então, a proteção tem que se dar no território onde a criança vive e onde ela estava sofrendo a violência. Este é um outro ponto importante. E aí nós temos um outro desafio, e temos feito isso muito pouco, que é o monitoramento das cadeias produtivas. Todos os empresários no Brasil dizem: *“Ah, a minha cadeia produtiva é limpa, está livre”*, mas, quando nós vamos averiguar muitos dos insumos, muitas das matérias-primas têm trabalho infantil. Muitas cadeias produtivas: da pecuária, têxtil, para falar de algumas delas; às vezes, a produção de tintas.

Então, nós precisamos verificar, acompanhar, e aqui é uma atribuição do empregador, do trabalhador, do Governo e de toda a sociedade. E é um desafio para fazer uma contraposição. Se nós estamos tratando do tema violência, para combater essa violência nós temos que garantir direitos. E um dos maiores desafios, e provavelmente a estratégia mais eficaz para enfrentar o trabalho infantil, reduzir e sustentar a redução do trabalho infantil é a educação de qualidade. E, para o Fórum Nacional, a escola em tempo integral, tanto para as crianças da cidade como para as crianças que vivem no campo, porque no campo a situação é muito mais grave: a demanda por escola não é atendida, o acesso à escola é difícil, o saber do campo não é respeitado. Nós temos aí uma série de questões.

E nós temos uma meta a cumprir: já é texto constitucional que até 2016 a educação é obrigatória — não será —, é obrigatória dos 4 aos 17 anos, e garantir direitos de brincar, lazer, aprendizagem para o adolescente, porque muitos adolescentes, por não terem escolaridade, ou terem uma escolaridade muito



pequena, muitas vezes não têm acesso aos melhores programas de aprendizagem. Eles ficam mais uma vez alijados dessa oportunidade. E o trabalho protegido.

Só para ter uma ideia, no Brasil é o seguinte — isto merece um dado: nós temos na faixa etária de 14 a 15 anos 875 mil adolescentes. Apenas 32.500 são aprendizes. Então nós temos aí um grande número de adolescentes. Nós temos 875 mil crianças, adolescentes de 14, 15, nessas duas faixas etárias. Destes, apenas 32.500 são aprendizes.

Vamos para o outro ponto, que é o trabalho protegido a partir dos 16 anos. Aí nós temos uma concentração de 2 milhões e 89 mil adolescentes de 16, 17 anos; apenas 437 mil têm carteira de trabalho. Todos os outros, mais de 1,5 milhão, estão trabalhando em situação precária, degradante, em trabalho proibido. Então, esse quadro precisa ser revertido.

Então, quando a gente celebra a redução do trabalho infantil, a gente fala muito da faixa de 5 a 14 anos, em que a escolarização obrigatória, e onde a redução se deu mais acentuadamente. Mas, quando a gente fala das faixas etárias superiores — 14, 15, 16, 17 anos —, nós vamos encontrar um número elevado de adolescentes fora da escola, fora da aprendizagem, trabalhando sem carteira assinada, portanto, num trabalho proibido.

Agora, eu vou falar na questão é de quem é a maior responsabilidade para reverter esse quadro? É, sem dúvida, do poder público. E aqui a gente sinaliza algumas iniciativas, esforços que devem ser envidados. Primeiro, é dever do poder público articular. É uma corresponsabilidade na gestão dessa articulação, desse comando, mas também o cofinanciamento. Então, aí estão envolvidas as três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal. Para quê? Para implementar políticas públicas e assegurar a profissão social. Isto é questão fundamental para cessar a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho infantil.

É preciso articular. É muito baixa a articulação das políticas públicas no Brasil. E nós estamos vivendo um outro drama, uma dificuldade: os serviços de atendimento às crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil foram lentamente desestruturados, e essa reestruturação não aconteceu.



De 2006 a 12 de junho de 2013, nós ficamos com experiências de nova tentativa de substituir o PETI por novos serviços, chamados serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, que não estão ainda reordenados. Ou seja, mais de meia década e esses serviços não estão aí para atender. A fiscalização identifica, retira a criança e o adolescente do trabalho infantil e não tem para onde encaminhá-lo. Então, vai-se repetir aí um ciclo: retira dessa esquina aqui, ele estará na próxima esquina ou no próximo bairro na semana seguinte. Esta é uma questão seríssima e é uma questão que ainda não está posta. Há sempre o anúncio: estamos reordenando os serviços. Mas o anúncio precisa agora partir para a reestruturação, senão nós não vamos conseguir avançar.

Por fim, eu reitero o que o representante da UNICEF colocou: nós convocamos e acreditamos que esta Casa vai de fato não admitir na Comissão de Constituição e Justiça as PECs que propõem a idade mínima para o trabalho infantil. E aí nós também entendemos que há uma corresponsabilidade dos setores sociais. Os setores sociais têm que apoiar, têm que contribuir, têm que fazer o controle social e a incidência política para que todas as iniciativas que não foram tomadas sejam tomadas e para que o que está em andamento seja efetivamente realizado.

Outra questão que se coloca e que é muito importante é sobre a participação das crianças e dos adolescentes. Sobre adolescentes nós temos um especialista aqui na nossa Mesa. É importante ampliar e assegurar que as crianças e os adolescentes participem e que a opinião deles seja de fato considerada.

Eu acho que mais ou menos são estas as propostas do Fórum para a gente abrir uma discussão. Não temos a pretensão... *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - São as comemorações do Dia da Cultura.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Hoje é a abertura da Conferência Nacional da Cultura, e a gente está numa campanha do Parlamentar Amigo da Cultura. E hoje, como há reunião da Comissão que trata das emendas do Orçamento, essa turma vai ficar aí panfletando para estimular os Parlamentares.

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - E eu, me declarando amiga da cultura, encerro a minha fala. *(Palmas.)*



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada. Talvez, se nós tivéssemos mais cultura e se pudéssemos oferecer às nossas crianças a oportunidade de movimentos como o dessa belíssima banda que passa por aqui, nós teríamos menos problemas de exploração do trabalho infantil.

Eu quero agradecer à Dra. Isa pelas suas palavras. Nós estamos também nessa luta na CCJ em relação à questão da redução da idade mínima para o trabalho infantil, mas esperamos contar com o apoio dos Parlamentares que são conscientes do que representa para o futuro do nosso País o presente das nossas crianças.

Nós queremos saber se algum Parlamentar gostaria de fazer alguma pergunta. Deputado Nilmário.

A SRA. RELATORA (Deputada Luciana Santos) - Deputado Nilmário, V.Exa. poderia me dar licença de falar antes? Porque a Frente terá uma audiência da Presidente da Comissão com o Deputado Henrique Alves agora.

Eu achei muito importante a intervenção de Isa, a Secretária-Executiva do Fórum Nacional, exatamente porque o grande esforço da Comissão é a gente mergulhar um tanto mais nos dados objetivos. Quando você faz essa distinção das crianças até 14 anos e depois separa as situações de adolescentes que, mesmo com o trabalho permitido, estão em condições inadequadas perante a lei, tudo isso, para nós, eu penso que é rico, exatamente porque vai contribuir para que a gente faça esse mergulho.

Nos momentos de diligência, faremos esse cruzamento entre os dados do IBGE, os dados do PNAD e os dados que estejam à nossa disposição do Fórum, das entidades da sociedade civil que participam do Fórum e que monitoram essas situações de transgressão da lei em relação à situação de trabalho infantil. Isso vai possibilitar que a gente contribua efetivamente para fazer a denúncia objetiva daquele tipo de transgressor no setor produtivo ou, no caso que é o mais difícil de identificar, o do trabalho doméstico. A gente está dando passos pelo menos para pegar aquelas situações mais graves de transgressão da lei e possibilitar que a resultante desse esforço seja nessa equação, porque de fato é espantoso, pelo tempo de acordo que é estabelecido... O Brasil precisa cumprir muitas metas do milênio, e não é cumprir por cumprir apenas as metas do milênio. Elas precisam ser



cumpridas em função das responsabilidades que nós temos com os brasileiros e as brasileiras.

Então, de fato, nós temos que dar celeridade, porque nesse ritmo nós não vamos cumprir as metas estabelecidas com os órgãos internacionais, com os países que fazem isso, com aqueles que estão comprometidos com os direitos humanos. Nós sabemos que nem todos os países assinam tratados ou compromissos de metas, mas para que isso ocorra nós precisamos dar celeridade, dar um *push* e um impulso muito maior para que as políticas públicas ganhem outra dimensão e sejam mais arrojadas para que de fato a gente possa... Quer dizer, no caso da CPI do Trabalho Infantil não é exatamente meta de milênio, mas é meta com os órgãos, com tratados e responsabilidades internacionais que nós estabelecemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada, Relatora Luciana.

Eu vou passar a palavra para o Deputado Nilmário Miranda.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - A Isa de Oliveira deu algumas informações e opiniões aqui que servem um pouco de roteiro para nós. A CPI já tem esse roteiro, mas, de qualquer maneira, eu quero voltar a esse assunto, até porque hoje é o primeiro dia que eu participo como membro dela. Fui indicado hoje.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Estamos muito felizes. Sabemos do valor de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Eu queria ter participado dela desde o começo, mas eu era Relator da PEC 90, do transporte como direito social, e não dava tempo, coincidia. Mas, como a Comissão da PEC 90, na semana passada, votou o relatório final, eu pedi ao partido para me indicar para a CPI do Trabalho Infantil, que eu acho da maior importância.

Há duas pistas aqui importantes para nós trabalharmos. A primeira é o monitoramento das cadeias produtivas: sem compromisso dos empresários não tem como. Os próprios empresários têm que acionar e moralmente usar seus meios. Todos os processos são de cadeia produtiva. Se cortar o trabalho infantil na cadeia produtiva, você corta o trabalho infantil. Então, tem que envolver empresários.

E a Isa falou uma coisa importante aqui que eu não domino muito. Ela falou que de 2006 para cá houve um retrocesso nas políticas públicas; ela localizou e



falou que a partir de 2006 deu-se um vácuo, foram substituídas políticas por nada. São 7 anos e, nesses 7 anos, ao não se reestruturar o serviço, provocou-se um retrocesso. Para mim retrocesso é deixar de avançar. Não é voltar a ter números superados, mas é deixar de avançar. Deixar de avançar é retrocesso, e se há 3 milhões e 800 mil crianças em condições de trabalho absolutamente ilegais e violadoras de direitos, então, é retrocesso.

Então, eu acredito, Presidenta, que são duas pistas. Talvez não seja o momento ainda. Nós temos que trazer aqui pessoas que podem responder por isto: por que, de 2006 para cá, ficar 7 anos para reestruturar um serviço? É óbvio que isso aí favorece ou desfavorece a erradicação do trabalho infantil, o enfrentamento do trabalho infantil.

Então, eu gostaria até que a Isa, primeiro, nos dissesse também quem deveria ser chamado aqui para conversar.

Outra coisa colocada aqui também é que há emendas constitucionais que tornam o trabalho desta CPI um trabalho de Sísifo caso fossem aprovadas. Quer dizer, a 18 a 35 e a 274. Claro que uma CPI não pode deferir. Mas é possível agir para, junto à Comissão de Justiça, ver em que estado estão as Emendas Constitucionais 18 a 35 e a 274, porque elas também são, obviamente, um retrocesso social se elas reduzem a idade para o trabalho infantil, a permissão para o trabalho infantil. Claro que nós estamos trabalhando, enxugando gelo... Estaríamos trabalhando e enxugando gelo. Assim como a revogação do art. 248 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que não é emenda constitucional, é legislação ordinária.

Então, nesse sentido, eu acho que deu pistas concretas, mas a gente só pediria que a Isa de Oliveira também nos fosse mais explícita e localizasse. Muito bem, até 2006 a coisa vinha; em 2006, o que aconteceu que propiciou esse retrocesso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Nós vamos agora ouvir as palavras do Deputado Paulo César.

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Boa tarde a todos. Sra. Presidente, Deputada Sandra Rosado, quero agradecer aos nossos convidados, ao Gary, que já teve de se retirar, ao Mário Volpi, à Dra. Isa Maria, agradecer pela presença e



parabenizar pelas palavras, pela sua palestra. Realmente são fatos que preocupam toda a sociedade brasileira, a partir do momento em que nossas crianças e adolescentes estão aí quase que desamparadas pela sociedade brasileira, pelos governos.

Começa a se discutir a diminuição da maioridade penal. Daqui a pouco, teremos crianças de 10 anos sendo julgadas, condenadas e presas, porque do jeito que... Pelo menos é o que a gente vê nesta Casa em relação à maioridade penal: várias correntes favoráveis a diminuir a maioridade penal. A situação das crianças sujeitas à pedofilia, as meninas, os meninos; meninas sendo mães com 11 anos, 10 anos, 12 anos.

Aqui, a discussão do trabalho infantil: ao invés de se adotarem políticas, avançarmos mais nas questões sociais. Quer dizer, ao invés de oferecer condições melhores para que os adolescentes não sejam levados ao crime, pelo contrário, querem diminuir a maioridade penal. Ao invés de melhorar as condições sociais, dar melhores condições para as crianças nas escolas, querem diminuir a maioridade penal e querem aumentar o número de presídios no País.

Os dependentes de *crack*: em vez de serem oferecidas melhores condições de prevenção ao uso do *crack*, e aqueles que já são dependentes poderem se tratar e ter uma reinserção social, participar do mercado de trabalho, não, querem também colocar os usuários como traficantes para poder penalizá-los, sempre na contramão do debate sobre o *crack*, sobre a pedofilia, sobre o trabalho infantil, sobre a maioridade. O que se vê neste País, infelizmente, é a gente sempre fazendo uma política inversa, colocando sempre a carroça na frente dos burros. Em vez de melhorar as condições sociais, fazer escola em tempo integral, melhorar a renda da família, com a presença forte do Estado principalmente nas comunidades mais carentes, vai-se sempre na contramão e invertendo as coisas.

Uma questão que a Dra. Isa enfatizou, que eu acho de extrema importância, foi a desnaturalização: *“Ah, não, você é menor. É melhor você trabalhar na casa da família de fulano; é melhor do que você ficar aí na rua”*. Ou então: *“Ah, você vai ficar na rua? Então é melhor você trabalhar aqui”*. Vai cortar cana no norte do Estado do Rio de Janeiro, lá em Campos, vai ser cortador de cana.



Então, vão desnaturalizando a infância para poder justamente ir utilizando a mão de obra infantil, que, além de ser uma exploração, sem questões sociais, sem tributos sociais, não tem carteira assinada. Então, desnaturaliza-se a infância, e o que ainda se tem fica na informalidade.

Então, esse ponto, eu acho, tem que ser bastante debatido. Nós temos que realmente focar isso aí, porque essa desnaturalização... *“Não, trabalha aqui, vai ser melhor para você.”* Ou então, às vezes... É outro ponto, mais no interior do País, crianças trabalharem para sustentar a família. Se essa criança teve que ir trabalhar na lavoura; teve que ir trabalhar nos sinais de trânsito do Rio de Janeiro; teve que sofrer qualquer tipo de exploração sexual ou de trabalho infantil, foi porque também as condições da família dessa criança levaram seus pais a fazerem isso com ela, até pela sobrevivência da família.

Então, a gente vai continuar debatendo o tema, um dos mais importantes desta Casa, focando nessa questão.

Eu gostaria de saber, finalizando aqui a nossa participação, Presidente, a opinião da Dra. Isa Maria. Logicamente, ao transmitir a sua opinião, transmite também a posição do Fórum Nacional sobre a desnaturalização, o trabalho infantil e a informalidade. Qual é a sua opinião? Como a senhora pode contribuir com esta Comissão Parlamentar, que contribuição pode dar até para nos nortear aqui, a nossa Relatora, nesse trabalho que estamos fazendo exaustivamente? Em que a senhora poderia somar com a gente? Qual é a sua opinião sobre essa questão?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eram essas as minhas palavras.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Muito obrigada ao Deputado Dr. Paulo César.

Pergunto à Deputada Iara e à Deputada Dalva se se sentem contempladas.
(Pausa.)

Muito obrigada.

Então, eu gostaria de saber, antes de passar a palavra à Dra. Isa, se o Dr. Mário Volpi deseja falar.

O SR. MÁRIO VOLPI - Vou aproveitar. Obrigado, Presidente.



Eu queria pegar uma carona nessas duas falas aqui, porque eu acho que existe um componente fundamental, ao qual a Isa referiu aqui, reconhecendo que esta Comissão vem fazendo um papel importante, mas pode potencializá-lo mais. Refiro-me ao componente cultural do trabalho, à ideia de que o trabalho é bom em si, à ideia de formação do caráter, sem discutir as condições em que o trabalho é feito.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Isso faz parte da cultura brasileira?

O SR. MÁRIO VOLPI - Faz parte da cultura brasileira. A gente tem consciência disso, mas tradicionalmente o trabalho infantil tem sido enfrentado melhorando a renda, melhorando a empregabilidade dos pais, colocando as crianças na escola e garantindo um contraturno na escola. Hoje existe até uma política, o Mais Educação, que trata isso de uma forma bastante abrangente.

Agora, esse quinto componente nunca entrou muito claramente nas políticas públicas do nosso País, que é enfrentar essa visão equivocada sobre o trabalho de crianças. Isso tem a ver com um trabalho mesmo de mobilização social, tem a ver com um trabalho de comunicação, tem a ver com um trabalho de campanhas mesmo que questionem. As pessoas precisam ver a carinha das crianças trabalhando, entender esse sofrimento, porque o que a gente tem ouvido e visto é o cara que diz que trabalhou na infância, e é feliz: *“Eu trabalhei desde os 12 anos e tenho orgulho disso”*. Agora, tem gente que roubou aos 12 anos, e é feliz, nem por isso nós vamos dizer que roubar é bom. Tem gente que fazia *bullying* com seus colegas na escola, e hoje é feliz, mas nem por isso nós vamos dizer que o *bullying* é uma coisa positiva. O trabalho tem essa perspectiva cultural de sempre ser visto positivamente. Então, nós precisamos desconstruir essa imagem sobre o trabalho para entender que o trabalho sempre vai fazer parte de um contexto.

Então, nesse sentido, eu gostaria até de colocar à disposição da CPI o UNICEF. Nós fizemos um trabalho que eu acho que foi muito importante na Constituinte de 1988; depois, na aprovação do Estatuto. Eu me lembro de que, quando o Estatuto comemorou 10 anos, todo mundo falava mal do Estatuto. A gente fez uma grande campanha para mostrar que o Estatuto era uma lei cidadã que promovia direitos e que promovia participação, porque havia aquela ideia de que o Estatuto protegia bandido — havia uma parte da mídia falando sobre isso. Esses



processos culturais a gente vence com o debate público mesmo, com mobilização social, com estratégias de comunicação.

Então, eu queria trazer esse componente...

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Dr. Mário, o senhor me permite um aparte?

O SR. MÁRIO VOLPI - Pois não.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Eu até coloquei esse depoimento aqui, em outra ocasião dos trabalhos da Comissão. A minha cidade, Sorocaba, veio da ferrovia, passou por vários ciclos de desenvolvimento com a ferrovia, com a indústria têxtil, e era muito comum, na indústria têxtil, na ferrovia, as crianças irem trabalhar. As mães levavam suas meninas com 8, 9 anos para irem aprendendo a profissão, a mexerem nas máquinas. Mas também havia esse componente: não havia escola para elas.

O SR. MÁRIO VOLPI - Hum, hum!

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Então era uma saída para os pais: levarem as crianças... Não havia escola para todas; aliás, nem fez parte da formação do povo brasileiro, da história da nossa educação, escola para todos, que é uma coisa muito recente. O FUNDEB veio garantir, só em 2006, uma regulamentação de que haveria financiamento para todos na área da educação. Então, essa situação da obrigatoriedade da criança na escola também é muito recente. Não havia, até décadas passadas, escola para as crianças. Uma parcela mínima poderia estudar, talvez fizesse da primeira a quarta séries. Então, a saída era o trabalho para que não se tornasse um vagabundo, para que aprendesse um ofício. Era essa a concepção cultural, que o senhor mesmo coloca. Tinha que haver uma saída para essa criança, ou ficaria na rua o dia inteiro, ia se tornar um vagabundo, não ia aprender nada, então tinha que aprender um ofício. Na minha cidade se falava muito assim. Era muito importante aprender um ofício, uma cultura de muita importância para a escola técnica, para a escola que formasse uma profissão. Isso permaneceu na cultura do povo brasileiro: tinha que trabalhar realmente para não virar vagabundo e não se perder, na medida em que educação não era um bem. A escola pública não era um bem acessível para todos.



O SR. MÁRIO VOLPI - Exato. Eu acho que isto é muito importante, porque, desde 2010, quando se aprovou a Emenda nº 59 à Constituição, a obrigatoriedade é dos 4 aos 17 anos. Então, o País assumiu esse compromisso.

A SRA. DEPUTADA IARA BERNARDI - Sim, depois da Emenda 59.

O SR. MÁRIO VOLPI - Então, nós precisamos fazer esse compromisso valer. Para isso, eu acho que a centralidade da educação para os demais direitos começa a ficar a mais clara. Todos os estudos mais recentes... A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República fez um seminário recentemente mostrando que, quanto mais tarde e com mais capacitação a pessoa entra no mercado de trabalho, mais ela progride; quanto mais cedo e com menos escolaridade ela entra, menos renda ela vai ter no futuro e menos ela ascende na carreira. Então, desmonta totalmente aquele mito do cara que entrou como *office-boy* e virou dono do banco. Essa história não existe na realidade brasileira. O cara entra como *office-boy* e acaba como *office-boy*.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Mas existe, acho que é bom falar isso, o Programa Jovem Aprendiz. Os principais dirigentes do Banco do Brasil todos têm uma coisa em comum: começaram com o Jovem Aprendiz. Ou seja, acho que se tem que contrapor também que o programa Jovem Aprendiz tem resultados; os outros, não. Em relação aos outros eu concordo plenamente.

O SR. MÁRIO VOLPI - Isso, porque ele combina duas coisas: escolaridade e habilidade profissional no mundo do trabalho.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Exatamente. Proteção, trabalho protegido...

O SR. MÁRIO VOLPI - Agora, só uma ou só outra não ajuda.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Não.

O SR. MÁRIO VOLPI - Nós temos que combinar as duas políticas.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - O Jovem Aprendiz tem o trabalho protegido e tudo que nós colocamos aqui...

O SR. MÁRIO VOLPI - Exatamente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Dra. Isa.



A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Vou responder com muito prazer. Encontro aqui o Nilmário, velho parceiro da primeira Caravana, em 2004 — não é, Nilmário? Sobre isso a gente tem um registro muito especial em relação a toda a participação enquanto Secretário de Direitos Humanos. Naquele momento, foi um grande parceiro do Fórum.

Nilmário, aí nós temos duas questões. Em relação à cadeia produtiva, como nós não encontramos e praticamente se pode afirmar que foi erradicado o trabalho infantil na formalidade, porque a efetividade da inspeção do trabalho é inegável — você encontra um caso ou outro, aqui e acolá, mas isso, estatisticamente, não seria relevante; é relevante porque há uma violação, mas a inspeção tem mandato para isso e é muito eficaz —, convencionou-se no Brasil o seguinte: está resolvido.

Então, as representações de empregadores com assento no Fórum estão numa situação cômoda: na cadeia formal não há trabalho infantil. Então, é preciso que a gente dê esse passo na cadeia formal, que, muitas vezes, terceiriza. A gente vai ali a Limeira, onde existe uma situação bem concreta. Todas as empresas fabricantes de bijuterias e semijoias não contratam trabalho de adolescentes. Mas, ao serem terceirizadas determinadas atividades, você vai encontrando crianças perdendo as impressões digitais, manipulando maçarico e também substâncias extremamente agressivas.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Os imigrantes também, não é?

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Então, a gente tem que fazer um esforço, porque — os dados da PNAD já apontam — é preciso que esse tema seja colocado em pauta, com a devida importância que requer.

Concordo plenamente. Acho que a CPI mais à frente terá que ouvir também os empresários. E a gente tem que trazer esses dados e dizer: *“Olha, as cadeias não estão tão puras e limpas como se imagina”*.

Agora, em relação aos serviços, aí já é um discurso em que a gente fica até meio... É um discurso meio repetitivo, a gente vem sempre reiterando. Nós somos partidários e defensores da integração dos programas sociais. O CadÚnico é um avanço, porque ele permite monitorar a transferência de renda, permite uma focalização, ele é uma ferramenta de gestão.



Mas aí eu abro um parêntese. Em relação à questão específica do trabalho infantil, quando se deu essa fusão de programas, perdeu-se o foco no trabalho infantil. É isto que os dados nos dizem. Nós fizemos um levantamento recente e vimos que, nesse universo de famílias que recebem transferência pelo Bolsa Família, 14% das famílias com crianças atendidas pelo Programa Bolsa Família estão em situação de trabalho.

Então, o que isso gerou no Município? O Município entendia uma linguagem sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. De seu lado, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil tinha inúmeras deficiências. Ele precisava ser realmente redefinido, ter uma melhor focalização — a gente não tem a menor dúvida disso. Não precisava nem manter esse nome. Mas só que, até o momento em que o Programa existia, no Município, onde efetivamente acontece o atendimento, a identificação da criança, o apoio às famílias, a família que era do PETI retirava a criança do trabalho infantil, porque essa era uma condicionalidade explícita, objetiva. Quando chegou o Programa Bolsa Família, o Programa Bolsa Família se instalou, cobriu um universo enorme, mas as condicionalidades postas na lei e, mais do que isso, a que é propalada... Eu desafio todos a entrar e consultar o que é o Programa Bolsa Família. Você não vai encontrar lá a retirada da criança do trabalho infantil como uma condicionalidade.

Então, a população entendeu... O beneficiário entendeu que ele tinha que cumprir o quê? A escolarização? Melhorou a frequência escolar? O Bolsa Família contribuiu, sem dúvida, para a melhoria, porque ele exige 85% da frequência. Contribuiu para a melhoria do atendimento à saúde? Sem dúvida. Agora, em relação ao trabalho infantil, ele não causou o impacto devido. É assustador, porque ele não causou, e poderia ter causado. Então, criou-se aí um vazio.

Então, o PETI foi redefinido e não se encontrava um lugar para ele dentro do SUAS — Sistema Único de Assistência Social. Somos defensores da política de assistência social, ela é uma política pública da mais alta relevância, só que o trabalho infantil ficou aí. E os serviços não foram reestruturados. Fez-se uma tentativa em 2006, fez-se uma tentativa em 2011, e agora em 2013 está-se propondo o reordenamento.



Então, quem tem que ser ouvido, o autor principal, é o Ministério do Desenvolvimento Social — não que ele seja o executor lá no Município, ele é o ordenador do serviço, ele é o cofinanciador do serviço e ele é que estabelece as normas para que o sistema seja estabelecido. E aí nós vamos precisar da liderança política do Governo Federal para convencer o Município e o gestor municipal, o prefeito, de que erradicar o trabalho infantil é uma prioridade, porque o prefeito se acomodou. Ele recebe o Bolsa Família, aliás, ele não, as famílias recebem o Bolsa Família, e o Município não foi obrigado a estruturar nenhum serviço, porque o Bolsa Família não exige, como contrapartida, a estruturação dos serviços. Estão entendendo?

Então, você criou uma situação: as famílias também recebem o benefício, e as crianças vão trabalhar. Interessa à família, porque a família não está informada, a família não recebeu o apoio devido, ela está convencida de que o trabalho é ótimo, que é a opção para as crianças daquela família, e, por outro lado, o prefeito também se acomodou, porque ele tem que cofinanciar o serviço, ele tem que botar orçamento do Município, porque o Governo Federal não financia sozinho, nem teria que financiar.

Isso é o que a gente chama desse vazio que se foi criando e que precisa ser realmente resolvido, e com uma urgência muito grande. E agora, com a dimensão do Brasil, vai-se precisar de uma liderança política muito forte para esse convencimento. Isso precisa ser feito imediatamente. Nós vamos iniciar o segundo ano do mandato municipal. É preciso que isso aconteça logo no início do mandato para que a gestão municipal tenha tempo de ordenar esses serviços, senão a gente vai perder mais um tempo ainda.

Essa é a questão que a gente coloca. Não sei se respondi. Eu acho que as questões eram essas.

Agora, ao Deputado Paulo. Obrigada pelas questões. Sobretudo, eu fico extremamente motivada pela sua preocupação, que é a nossa preocupação, em relação a não se reduzir a idade mínima para o ingresso ao trabalho.

Inclusive, essa desnaturalização precisa trazer muito forte o seguinte: o trabalho infantil não protege a criança; ele expõe a criança a inúmeros riscos. Boa parte dos adolescentes que hoje são privados de liberdade porque cometeram um



ato infracional passaram pelo trabalho infantil; boa parte dos trabalhadores encontrados em situação de escravidão ou análoga à escravidão foram trabalhadores infantis; muitas das meninas que estão na exploração sexual ou comercial passaram pelo trabalho infantil nas ruas, no trabalho infantil doméstico.

É preciso ter esta dimensão: o trabalho dignifica o homem, mas tem que acontecer na idade certa, e o homem adulto tem que estar preparado, tem que ter escolarização para pleitear, disputar e ter acesso a um trabalho decente.

O que a gente ouve todo dia no Brasil? Que postos de trabalho não são preenchidos porque não há trabalhadores qualificados. Então, uma forma de sensibilizar o mercado é dizer o seguinte: vale a pena, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, investir na escolarização e na educação das nossas crianças e adolescentes. Eles serão mão de obra qualificada no futuro. Disso não tenho nenhuma dúvida.

Há um estudo — e eu acho que a CPI deve requerê-lo —, a OIT tinha feito há muito tempo atrás. Agora, no ano passado... Ano passado? Este ano, a Fundação Telefônica contratou uma empresa que fez uma avaliação, uma simulação, e chegou à seguinte conclusão: para cada dólar investido no enfrentamento do trabalho infantil, você vai ter dois dólares em retorno para o desenvolvimento econômico e social do País.

Não há desenvolvimento econômico e social sustentável se você não garantir emprego decente para os adultos e educação de qualidade para todas as crianças. Essas duas variáveis são complementares. Não há possibilidade.

Em relação à informalidade, nós sabemos que a informalidade é uma realidade. Eu não sou nenhuma especialista na área de economia. O que nós defendemos é o seguinte: para adolescentes, não pode haver trabalho informal, porque o trabalho informal já traz em si a característica da desproteção.

Um adolescente numa atividade informal, se sofre um acidente, não tem nenhuma proteção para ser atendido. Se desse trabalho decorre um problema de saúde, ele não tem nenhuma segurança para um atendimento à saúde e não tem nenhuma garantia.

Então, nós vamos expor os nossos adolescentes a esses riscos, e muitos têm mutilações que comprometem a sua vida profissional futura. E muitas das doenças,



do adoecimento em crianças, por exemplo, problemas de coluna, uma série de outras questões, como fobias, não aparecem naquele momento. Elas vão repercutir.

Se o Brasil fizer um levantamento, vai-se assustar com o número hoje de trabalhadoras adultas no trabalho doméstico que têm bursite, tendinite, que estão realmente sofrendo as consequências de terem começado a trabalhar aos 5, aos 6, aos 8 anos de idade.

Não há nenhuma dúvida de que na informalidade não há proteção. Então, nós optamos pela proteção integral. É assim que dispõe a Constituição Federal, o Estatuto da Criança. Nós temos como Estado, família e sociedade a obrigação ética, constitucional e legal de proteger as nossas crianças. Então, não pode ser na informalidade.

O senhor tinha levantado outra questão. Agora me fugiu o assunto. Era informalidade e...

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Desnaturalização.

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Ah, desnaturalização! Sobre a desnaturalização, eu concordo com o Mario. Eu acho que a gente tem investido pouco. Eu acho que a gente tem que partir para o seguinte. A gente tem que valorizar o trabalho doméstico adulto, tem que fazer uma campanha de valorização — certo? —, de respeito, de dignidade. Tem que se fazer. Nós temos que fazer diferentes campanhas para diferentes públicos.

Um público fundamental na questão da desnaturalização são os profissionais da educação. Os nossos educadores são formadores de opinião. Eles participam ativamente da construção da cidadania. Eles precisam estar convencidos de que o trabalho infantil é uma violação de direitos para transmitir isso.

Então, temos que trabalhar com os profissionais da educação, temos que trabalhar com os profissionais da saúde, temos que trabalhar com as famílias e com as próprias crianças e adolescentes. Na escola, você já envolve três públicos: os profissionais da educação, as crianças e os adolescentes e as próprias famílias. Então, esse foco é de fundamental importância para o enfrentamento dessa naturalização do trabalho infantil como uma coisa boa e positiva.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Deputada...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Pois não, Deputado Nilmário Miranda.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - Eu queria fazer a mesma pergunta que eu fiz à Dra. Isa de Oliveira ao Mario Volpi.

O senhor disse que é preciso fazer uma estratégia de comunicação para enfrentar esse componente cultural e para desconstruir esse mito de que o trabalho infantil forma caráter e faz bem. Quem são as pessoas? A quem se proporia a estratégia de comunicação? A quem cabe fazê-la, realizá-la?

O SR. MARIO VOLPI - Eu acho que nós precisamos trabalhar três públicos importantes. Um público são as famílias. Pesquisas qualitativas mostraram que famílias que valorizam a educação e investem na educação dos filhos quebram mais rápido esse ciclo de transmissão intergeracional da pobreza. Quer dizer, elas rapidamente, em uma ou duas gerações, já mudam o *status* da família em relação a sua situação econômica. Então, a família é um primeiro público importante.

Um segundo público superimportante são os gestores e os profissionais das políticas públicas que têm contato direto com essas famílias, o CREAS, o CRAS, lá na base, os programas sociais, a escola. Muitas vezes, a professora diz: *"Ah, ele faltou, mas faltou à escola para ajudar o pai!"* Não é problema ele ter faltado, porque está faltando por uma coisa positiva. Então, fazer um trabalho educativo com essas pessoas, porque um dia ele falta para ajudar o pai; outro dia para ajudar o vizinho; outro dia para ganhar uma grana; e aí ele abandona a escola. Esse é o ciclo, o percurso de abandono da escola. Então, os gestores, os profissionais das políticas públicas são muito importantes.

Outro público, sem dúvida, são os empresários, que é esse aspecto que a Isa trouxe. Os empresários, por não terem ninguém formalmente vinculado à sua cadeia produtiva, não descuidam da matéria-prima, que muitas vezes é produzida dentro de um sistema informal de relações de trabalho.

O SR. DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA - E onde a mídia entra aí?

O SR. MARIO VOLPI - Eu acho que aí vem o papel importante de a gente mobilizar, formar um pouco o olhar dos jornalistas, dos comunicadores que naturalizam esse processo de trabalho infantil. Então, criar um estranhamento



nesses profissionais para que eles passem a transformar aquilo que pode ser naturalizado num escândalo.

Então, ao ver uma criança trabalhando, em vez de dizer *"Olha que bonitinha essa criança, como ela produz bem esse artesanato que ela está vendendo aqui!"*, de fazer essa valorização, dizer *"Mas que oportunidades essa criança tem para desenvolver essa sua aptidão, essa sua arte, essa sua criatividade, de forma positiva, que vá resultar num ganho para a própria criança?"* Eu acho que esse é o tema.

Eu queria só fazer um comentário, Nilmário, que eu acho importante. Muitas vezes a gente ouve esse negócio de que é melhor que a criança esteja trabalhando do que roubando e matando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Escuta muito.

O SR. MARIO VOLPI - Bem, é melhor qualquer coisa do que isso. Qualquer coisa que você me disser é melhor do que isso. E por que nós vamos logo atribuir a essa criança algo que não ajuda no seu desenvolvimento? Ela já está numa situação complicada. Eu diria: então nós vamos substituir a criança que está matando e que está roubando por um adulto que rouba a infância dessa criança, apropriando-se do trabalho dela. É um dilema moral sem solução, não há como dizer qual é o roubo mais justo: é o da criança ou é o do adulto que rouba a infância dela para ter ganho econômico? Não há saída nisso.

O princípio da convenção, o princípio do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição é o de que crianças e adolescentes precisam ser protegidos, eles precisam ter o seu desenvolvimento integral assegurado. Então, esse é o princípio sobre o qual a gente precisa constituir os programas, e não numa coisa pragmática do que é melhor ou do que é pior: o que é direito da criança receber em qualquer circunstância de vida em que ela esteja. Eu acho que nós temos que reforçar esse argumento do direito das crianças ao desenvolvimento pleno. Isso é bom para a criança, isso é bom para a família dela e isso é bom para o País. Um país que garante o desenvolvimento de suas crianças obviamente é um país muito mais desenvolvido.

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Nilmário, em relação à comunicação, eu acho que a gente tem um embrião importante no Brasil. A ANDI vem fazendo a



formação — eu acho que seria preciso revitalizar —, que é o *Jornalista Amigo da Criança*. Eu acho que esse é um embrião muito importante. E eu já noto — aí é um testemunho da minha experiência no Fórum; eu já estou no Fórum há 11 anos — uma diferença na interlocução com esses jornalistas. A gente poderia citar aqui pelo menos alguns já renomados que são defensores mesmo dos direitos da criança. Eu acho que precisariam ser revitalizados programas dessa natureza, porque aí você tem isso na formação. Inclusive, a ANDI, neste momento, está fazendo algumas formações nos Estados em relação à comunicação. Precisamos fortalecer isso, mas a gente tem no Brasil um embrião, e esse embrião já é... A gente tem alguns jornalistas que são amigos da criança e que já sabem da pauta. Quando eles vêm falar com a gente... E também nos consultam para formular a pauta, porque às vezes é muito importante, e a gente pode contribuir.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - O Dr. Mario vai ter que sair, senão vai perder o voo.

Bem, nós queremos, assim... Eu não sei se alguém... Ah, o Deputado Paulo Cesar!

O SR. DEPUTADO DR. PAULO CÉSAR - Sra. Presidente, só um comentário final também, porque eu acho que o assunto que a gente abordou aqui junto, a questão da maioria penal, é um assunto totalmente pertinente, ligado direto com a questão do trabalho infantil. Nós temos que estar bastante atentos, porque às vezes se discutem alguns projetos nesta Casa, e se deixam tantos outros com importância nas gavetas ou sem discussão.

Por duas vezes eu já recebi projetos aqui, em que fui Relator, pedindo plebiscito para decidir sobre a maioria penal. E, por duas vezes, eu dei o relatório pela rejeição, e saiu vencedor o meu relatório. E eu digo isso por quê? Porque a questão da mídia, principalmente para o brasileiro, é uma coisa muito forte. Quando houve a campanha do desarmamento, a Rede Globo de Televisão só mostrava pessoas sendo assassinadas porque não tinham uma arma para se defender. Quer dizer, uma campanha clara, explícita, em favor do armamento, porque só mostrava pessoas vítimas, que não tinham uma arma para se defender.

Se esta Casa deixar que aconteça — se depender de mim, nunca acontecerá um plebiscito desses — um plebiscito para o povo brasileiro decidir a maioria



penal, podem ter certeza de que a Rede Globo começará uma campanha mostrando todos os dias, no *Jornal Nacional*, menores assassinando motoristas, entrando em residência. Só vai mostrar menor, não vai mostrar mais nenhum assaltante e homicida adulto. Só vai mostrar menor cometendo homicídios para poder o plebiscito sair vencedor, e ser diminuída a maioria penal.

Então, temos que estar sempre aqui na luta, na trincheira, para que não deixemos acontecer um plebiscito, porque, se acontecer um plebiscito neste País para diminuir a maioria penal, podem ter certeza de que a maioria penal será diminuída.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Obrigada.

Eu quero aqui agradecer à Dra. Isa e ao Dr. Mario, que aqui também esteve, a exposição. Nós sabemos que, na verdade, nosso País vive numa tremenda luta, desencadeada para diminuir essas questões que envolvem o trabalho infantil. E há uma contradição muito grande nisso tudo, porque nós sabemos, a senhora sabe, o Governo sabe, a sociedade sabe, mas continuamos a insistir no erro de ter trabalho infantil. Você pode perguntar — está tão arraigado —, todas as pessoas sabem, mas existe sempre uma justificativa, e principalmente essa. Nas regiões mais pobres, isso é muito forte. Eu sou nordestina, mas sei que existe em outras regiões também pobres, principalmente no Norte. Há essa consciência distorcida de que a criança está colaborando com a família e isso é importante para a vida dela, porque está talvez aprendendo um ofício, que é lidar com a enxada, que é lidar com a limpeza de um terreno, que é plantar, cuidar de bicho, isso tudo. Então, é realmente uma contradição muito grande diante da consciência que muita gente tem.

Eu achei interessante quando a senhora falou a respeito do jornalista, porque eu acho que a imprensa tem um papel muito importante nisso tudo. E uma coisa que nós vamos buscar, dentro desta CPI, é esse apoio, para que haja também esse trabalho. A gente sabe que não vai conseguir de todo mundo, porque nós temos a exploração do trabalho artístico, por exemplo. Nós não vamos contar com as empresas de televisão, seja *Globo*, seja *SBT*, seja o que for, para que façam essa denúncia, ou puguem o que é certo, porque têm crianças sendo exploradas no meio artístico, trabalhando. E eu fico muito preocupada quando vejo declaração de pais e



de mães, assim, muito orgulhosos, porque o filho está mantendo a família. Ele está mantendo a família, já comprou isso, já comprou aquilo outro, e não sabe o que está ali por trás.

Eu queria também solicitar da senhora o estudo para que possamos enriquecer os dados que nós estamos juntando nesta CPI. Queremos dizer dessa importância e do entusiasmo que temos quando verificamos que o Fórum que a senhora preside tem, na verdade, muitas informações que poderão ser absorvidas por todos nós.

E, também, voltando ali sobre um aspecto que o Deputado Paulo falou, a história da redução da idade, tanto para o trabalho, como a idade penal, são dois temas que nos assustam muito. Há uma informação tão volumosa com relação a isso que um tempo desses eu fiquei assustada, fui chamada por um padre que era de uma cidade próxima à minha. Ele disse que queria conversar comigo sobre a questão da idade penal. Aí eu disse a ele: *“Não, padre, mas eu sou contra essa redução”*. Ele disse: *“Não, eu quero dizer exatamente o contrário! A gente tem que lutar para reduzir”*. Aí veio com todas as estatísticas do mundo, como o Deputado Paulo falou, dizendo que realmente quem estava matando mais não era o adulto, era a criança, era o adolescente. Ele estava querendo pregar, e eu querendo dizer a ele que ele estava errado, mas ele insistiu muito. E outras vezes ele ainda ficou me provocando, porque ligava para mim e perguntava se eu não tinha feito nada. E eu ia dizendo a ele que não, que não, e ele tendo uma raiva maior, até que, enfim, ele deixou de me perturbar por conta disso, porque eu não aceitei...

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - A senhora agora está salva, porque o Papa já fez uma declaração contra o trabalho infantil doméstico. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Exatamente. Eu acho que o Papa tem um papel muito importante. Ontem, eu vi algumas posições que ele assumiu.

A SRA. ISA MARIA DE OLIVEIRA - Ele já fez uma declaração muito boa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Sandra Rosado) - Eu acho que, com a vivência que teve na América Latina, ele sabe dos nossos sofrimentos, de países que ainda não estão na plenitude do desenvolvimento.



Bem, eu quero agradecer a presença dos companheiros que fazem parte desta CPI e dos que estiveram aqui, principalmente a Dra. Isa.

Como não temos mais nada a tratar, vamos encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados e Sras. Deputadas para a próxima reunião ordinária, a realizar-se no dia 4 de dezembro, às 14h30min, no plenário de que teremos a informação posteriormente.

Está encerrada a nossa reunião.